

Revista Mídia e Cotidiano  
ISSN: 2178-602X  
Artigo Seção Temática  
Volume 14, Número 3, set./dez. de 2020  
Submetido em: 01/06/2020  
Aprovado em: 11/08/2020

## **Zeitgeist à direita: o viés neoliberal dos movimentos conservadores e sua influência na definição de políticas públicas**

*Zeitgeist on the Right Wing: The Neoliberal Bias of Conservative Movements and Their Influence on Public Policymaking*

*Zeitgeist a la derecha: el sesgo neoliberal de los movimientos conservadores y su influencia en la formulación de políticas públicas*

Aryovaldo de Castro AZEVEDO JUNIOR<sup>1</sup>

### **Resumo**

O crescimento de movimentos conservadores baseados em valores neoliberais, que reduzem a relevância do Estado ao propor a substituição de variados serviços públicos, oferecidos por entidades governamentais, por empresas privadas, segue um roteiro baseado na redução de direitos sociais e na ampliação da área de atuação de organizações privadas, que agora ocupam o espaço antes restrito a órgãos públicos. Isto é realizado através de ações coordenadas por organizações (*think tanks*) que influenciam a opinião pública e a classe política. Para entender esse processo, foram realizadas pesquisas exploratórias, de caráter documental, indicando a forma de atuação destas organizações no agendamento da mídia e, conseqüentemente, influenciando a opinião da sociedade, a fim de naturalizar a substituição de serviços públicos por serviços privatizados.

**Palavras-chave:** Propaganda. Agenda setting. Consenso de Washington. Lobby. Think tanks.

### **Abstract**

The growth of conservative movements based on neoliberal values, which reduce the relevance of the State by proposing the replacement of various public services offered by government entities, by private companies, follows a script based on the reduction of social rights and the expansion of the activity areas of private organizations, which now occupy the space previously restricted to public agencies. This is done through actions coordinated by organizations (*think tanks*) that influence public opinion and the political class. In order to understand this process, exploratory research, of documentary character, was carried out, indicating the way in which these organizations act in guiding the media

---

<sup>1</sup> Doutor em Mídias pelo IAR/Unicamp. Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná. E-mail: castroazevedo@ufpr.br. ORCID 0000-0001-6545-1206.

and, consequently, influencing the society's opinion, in order to naturalize the replacement of public services by privatized services.

**Keywords:** Propaganda. Agenda setting. Washington Consensus. Lobby. Think tanks.

### Resumen

El crecimiento de movimientos conservadores basados en valores neoliberales, que reducen la relevancia del Estado al proponer el reemplazo de varios servicios públicos, ofrecidos por entidades gubernamentales, por empresas privadas, sigue una hoja de ruta basada en la reducción de los derechos sociales y la expansión del área de operación. Organizaciones privadas, que ahora ocupan el espacio anteriormente restringido a agencias públicas. Esto se realiza a través de acciones coordinadas por organizaciones (think tanks) que influyen en la opinión pública y la clase política. Para comprender este proceso, se llevó a cabo una investigación exploratoria, de carácter documental, que indica la forma en que estas organizaciones actúan en la programación de los medios y, en consecuencia, influyen en la opinión de la sociedad, a fin de naturalizar la sustitución de los servicios públicos por servicios privatizados.

**Palabras clave:** Publicidad. Agenda setting. Consenso de Washington. Lobby. Think tanks.

### Introdução

O crescimento da interação global alavancada pelo aumento das relações comerciais internacionais evidenciou que o fluxo econômico era a locomotiva deste processo de integração internacional, trazendo atreladas as dimensões relacionadas a finanças, pessoas, tecnologias, ideologias e *medias* (APPADURAI, 1994, p. 13). Esta constituição multifacetada da globalização robusteceu a participação corporativa na liderança deste processo, tornando imperioso que a integração multidimensional destes fluxos vinculados à globalização fosse conduzida por seus interesses e, desta forma, reforçando a primazia da ideologia capitalista que estimula o desenvolvimento tecnológico com novos meios de produção e distribuição, os quais interferem nas relações pessoais e sociais ao redor do globo, impactadas por uma comunicação midiaticizada global vinculada a interesses corporativos, construindo um círculo vicioso que enreda a humanidade.

Levantamento da consultoria Price Waterhouse Coopers Brasil (PWC Brasil) aponta que o valor de mercado das 100 maiores empresas globais em 2019 é de US\$ 21,1 trilhões. Os EUA lideram o ranking com 54 empresas, secundados pela China, com 15

empresas. O Brasil possui uma empresa listada, a Petrobras (PWC BRASIL, 2019). Em termos comparativos, a estimativa de Produto Interno Bruto (PIB) norte americano, maior do planeta, é de US\$ 20 trilhões, seguido pela China, com US\$ 13 trilhões enquanto o PIB brasileiro é estimado em US\$ 1,8 trilhão, estabelecendo o país como a sétima maior economia mundial (IMF, 2020). Referencialmente, dos 193 países-membros das Nações Unidas, 161 têm menos recursos que as 2 mil principais empresas do mundo (ROTHKOPF, 2012).

O objetivo deste artigo é apontar o funcionamento parcial desta imbricada rede de interesses, desnudando a atuação multidimensional de organizações que patrocinam a disseminação de valores inerentes ao funcionamento do capitalismo. Para tanto, foi utilizada metodologia exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental, acerca da operação de atores corporativos que interferem na construção social da realidade ao estimular ideias e valores consensuais que naturalizam a dominância dos interesses corporativos ao esmaecimento do poder governamental na determinação de políticas públicas, interferindo na condução das sociedades nacionais enquanto reforça a predominância dos interesses do capital sobre o social.

### **Onda conservadora**

A onda conservadora não é um fenômeno local, embora o Brasil possa ser identificado como um caso extremo de ascensão e consolidação de uma doutrina que prega valores caros à direita neoliberal, como redução do Estado e implementação de programas de privatizações, fomento ao livre mercado com redução da carga tributária para o setor empresarial e estímulo a políticas de desregulamentação, com a redução de direitos sociais e trabalhistas sob o pretexto de geração de empregos (SCHEEFFER, 2014).

Estes valores estão relacionados às diretrizes macroeconômicas do Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 1990) com a defesa do livre mercado e a redução da ingerência do Estado na economia, num receituário propagado pelo acordo de *Bretton Woods* (1944) e implementado pelas instituições financeiras multilaterais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo centenas de países cotistas que participam destas

instituições. A despeito desta multiplicidade de cotistas, suas gestões estão sob influência das principais economias mundiais integrantes do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que nomeiam o corpo diretivo destas instituições multilaterais e determinam a agenda de ação destes organismos, com características eminentemente neoliberais.

Tanto o FMI quanto o BIRD defendem disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto, privatização de empresas estatais, desregulamentação de leis econômicas e trabalhistas e direito à propriedade intelectual.

Esta cartilha neoliberal tem gerado aumento crescente da concentração de renda global, principalmente para a elite dos países membros do próprio G7 e aumento da pobreza, disperso entre os demais países do planeta (AZEVEDO JR., 2019). Estudo de 2019 da organização não governamental britânica Oxfam constatou que a riqueza dos 2.153 bilionários do mundo é maior que a de 4,6 bilhões de pessoas, aproximadamente 60% da população mundial (OXFAM, 2020).

A mesma Oxfam apontou, em 2015, que a riqueza acumulada pelo 1% mais rico da população mundial, aproximadamente 70 milhões de pessoas, equivalia à riqueza dos 99% restantes, aproximadamente 6 bilhões e 930 milhões de pessoas (REUBEN, 2016). Ou, numa exposição ainda mais dramática, as 67 pessoas mais ricas do mundo têm o equivalente de dinheiro dos 3,5 bilhões mais pobres - metade de toda a humanidade (MULLER, 2018).

Para a plutonomia – em termos mais estritos, uma diminuta fração na estreitíssima ponta mais alta –, os privilégios e a abastança abundam, enquanto para a grande maioria as perspectivas são invariavelmente lúgubres, e muitos chegam inclusive a enfrentar problemas de sobrevivência num país com vantagens incomparáveis (CHOMSKY, 2017 [po. 1412]).

[...] a riqueza se tornou extremamente concentrada (de forma acentuada na faixa do 0,1% da população mais abastada), gerando uma concentração de poder político e, conseqüentemente, uma legislação para aprofundar o ciclo e levá-lo ainda mais longe: revisão de tributação e outras políticas fiscais, desregulamentação, mudanças nas regras da

administração corporativa – o que permitiu imensos ganhos para os executivos – e assim por diante (CHOMSKY, 2017 [po. 1597]).

Estes efeitos deletérios da globalização estimulam o florescimento de lutas contra as perdas de direitos, que ocorrem no âmbito dos Estados-Nação. Na América Latina, a *The Economist Intelligence Unit* listou variáveis que aumentam a instabilidade política na região, como desigualdade de renda, seguridade social, governança, corrupção, desemprego entre jovens e instabilidade econômica, gerando um índice de insatisfação na região, com destaque negativo para Nicarágua e Brasil (ECONOMIST, 2019).

**Imagem 1 – Índice de instabilidade política na América Latina**

**Political instability risk heat map**

Country	Income inequality	Adequacy of social insurance	Government effectiveness	Corruption	Youth unemployment	Economic malaise	Change in democracy index	Average
Argentina	16.5	42.8	56	85	23.7	-7.6	0.4	3.1
Bolivia	28.4	34.4	72	132	6.9	-0.5	-0.4	3.3
Brazil	41.9	48.4	59	105	28.5	-5.1	-0.4	3.9
Chile	19.9	23.4	22	27	18.1	-5.4	0.1	3.6
Colombia	27.9	38.2	50	99	18.5	-2.8	0.4	3.1
Costa Rica	23.1	32.7	31	48	22.0	-1.1	0.0	3.1
Dominican Republic	19.7	27.0	63	129	13.5	1.5	0.3	3.3
Ecuador	21.1	41.8	69	114	7.9	-3.9	0.6	3.1
El Salvador	11.6	30.5	63	105	9.6	-0.4	-0.4	3.1
Guatemala	22.4	22.3	69	144	5.0	-0.4	-0.5	3.9
Haiti	14.9	34.6	88	161	15.6	-0.1	0.7	3.1
Honduras	34.3	27.9	78	132	10.7	0.1	-0.6	3.7
Mexico	21.8	37.2	63	138	6.9	-1.6	-0.6	3.6
Nicaragua	18.6	17.1	94	152	8.5	-1.5	-2.4	4.1
Panama	34.3	31.5	50	93	10.2	-3.5	-0.3	3.4
Paraguay	23.1	28.1	63	132	14.5	-0.9	-0.2	3.6
Peru	19.0	19.9	59	105	14.7	-3.4	0.3	3.4
Uruguay	12.9	45.7	25	23	25.9	-4.3	0.3	2.6

Fonte: The Economist Intelligence Unit. Disponível em:  
[http://www.eiu.com/public/thankyou\\_download.aspx?activity=download&campaignid=latinamerica2019](http://www.eiu.com/public/thankyou_download.aspx?activity=download&campaignid=latinamerica2019).

Este cenário subcontinental fomenta a disseminação de populismos demagógicos que propõem soluções simplistas para questões complexas, mas que despertam esperanças para eleitores que passam a seguir lideranças com discurso antipolítico, carregado de críticas à política tradicional, associando-a à manutenção de privilégios, escândalos de corrupção e submissão a interesses internacionais.

No contexto de industrialização da América Latina, ocorrido nas décadas de 1940 e 1950, populismo era o termo empregado para categorizar a emergência de líderes desenvolvimentistas carismáticos, com realçado viés nacionalista, que contavam com apoio construído em forte base popular contra as oligarquias estabelecidas (GONZALES,

2007). No contexto contemporâneo internacional, uma ampla crise de confiança nas democracias liberais, decorrente de severos problemas socioeconômicos subsequentes à crise financeira global de 2008, conduz ao crescimento daquilo que Stuart Hall (1978) definiu como populismo autoritário, numa combinação entre retórica nacionalista e política neoliberal, representadas por lideranças como Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil), dentre outros.

De forma geral, o populismo representa reações contra o *establishment* enquanto produz novos mecanismos de engajamento público e político, produzindo uma moralidade dicotômica que opõe “o povo” contra “a elite”, numa narrativa maniqueísta que contrapõe a pureza de uma vontade coletiva popular contra a forma corrupta da política encampada pela “elite” (NARITA; MORELOCK, 2019, p. 285).

Considerado o cenário global, o Index da Democracia 2019, da própria *The Economist* (2019, p. 6), aponta como principais elementos da crise das democracias contemporâneas as seguintes variáveis:

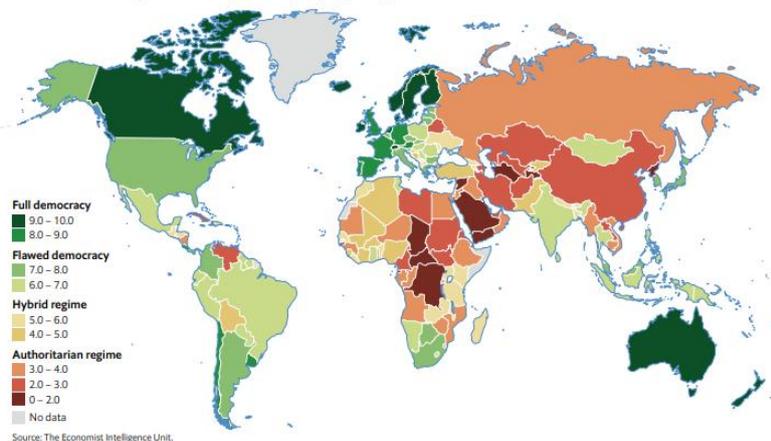
- Choque de interesses entre elites empresariais e econômicas, com forte capacidade de influenciar políticas públicas, em detrimento de interesses populares difusos;
- Crescente influência de instituições e órgãos multilaterais com receituário escorchante para classes populares;
- Redução de autonomia nacional em virtude de acordos supranacionais;
- Dissociação entre os interesses das elites políticas e o dos eleitores, insuflando a rejeição à política e abrindo espaço para *outsiders* populistas;
- Declínio nas liberdades civis, incluindo a liberdade da mídia e de expressão.

Decorrente deste conjunto de variáveis, em muitos países, a direita tem ganhado mais representatividade com discurso antiglobalista e com forte viés nacionalista, apontando políticas de integração internacional como responsáveis por problemas econômicos e sociais. Países como Itália, Hungria, Turquia, Rússia, Polônia, Filipinas, Colômbia, EUA, Indonésia, Brasil, dentre outros, passam a questionar a plenitude do funcionamento do sistema democrático para a governança nacional.

Em 2019, o Índice de Democracia da *The Economist* apontou o declínio da saúde democrática em 70 países, usando critérios como respeito ao devido processo legal, liberdade religiosa e o espaço dado à sociedade civil. Hoje em dia, cerca de metade das nações da Terra podem ser consideradas democracias – imperfeitas ou não – enquanto os outros 50% tendem ao autoritarismo.

### Imagem 2 – Índice de democracia internacional da revista *The Economist*

Chart 1: Democracy Index 2019, global map by regime type



Fonte: The Economist Intelligence Unit. Disponível em: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>.

Naomi Klein (2017) destaca que, em todo o mundo, forças de extrema-direita estão ganhando terreno ao explorar o poder do nacionalismo nostálgico e a raiva dirigida a burocracias econômicas remotas – seja Washington, o Nafta, a OMC, a União Européia ou a ONU – e combiná-los a racismo e xenofobia, oferecendo uma ilusão de controle por meio do esmagamento dos imigrantes, da difamação dos muçulmanos e da degradação das mulheres.

Neste sentido, Trump seria produto e representação deste *zeitgeist* contemporâneo, que classifica a vida humana com base em raça, religião, gênero, orientação sexual, aparência e capacidades físicas, e que usa sistematicamente a raça como uma arma para fazer avançar políticas econômicas focadas na lucratividade corporativa em detrimento do bem estar social.

Inegável que a Presidência dos Estados Unidos tem impacto sobre todo o planeta, seja pela relevância da ainda maior economia do mundo, seja pelo poder advindo pelo

controle do maior arsenal militar do globo. Nesta vitrine planetária, Donald Trump implementa uma espécie de *reality show* global, pleno de comportamento autocrático e burlesco, com o agendamento midiático conseguido por factóides: pseudo acontecimentos carregados de teatralidade e polêmica, com potencial de gerar ampla cobertura jornalística (SILVA, 2015).

Esta atuação espetacular e midiática (RUBIM, 2004, p. 181), com forte impacto na opinião pública, influencia comportamentos políticos em variados países, aproveitando a mentalidade de manada que caracteriza a política internacional, na qual líderes mundo afora observam uns aos outros, aprendem uns com os outros, e imitam uns aos outros, materializando o efeito *copycat*, no qual a ocorrência de um determinado fenômeno *dispara* uma onda de ocorrências similares.

Observam para onde se dirigem seus colegas, o que está ao seu alcance, e como podem aumentar e perpetuar seu poder. Madeleine Albright, secretária de estado de Bill Clinton, em seu livro *Fascismo, um alerta* (2018) explicita este raciocínio indicando as principais variáveis que têm caracterizado a ascensão da direita:

Governos repressores mundo afora aprendem uns com os outros. Se isso fosse uma faculdade para déspotas, daria para imaginar os nomes dos cursos: Como Fraudar um Plebiscito Constituinte; Como Intimidar a Mídia; Como Destruir Rivais Políticos via Investigações Fajutas e Notícias Falsas; Como Criar uma Comissão de Direitos Humanos que Esconda Violações de Direitos Humanos; Como Cooptar o Poder Legislativo; Como Dividir, Reprimir e Desmoralizar Oponentes para Ninguém Acreditar na Possibilidade de Derrotá-lo [po. 2593]

### **Como influenciar o espírito do tempo?**

A forma de o indivíduo pensar numa sociedade é subjetiva, construída num conjunto de referências sociais que interferem na singularidade do ser, de modo sutil ou ostensivo. O pensamento coletivo que caracteriza um local ou uma época, resultado de um somatório de variáveis que forjam a identidade coletiva e interferem na construção da própria identidade pessoal, pode ser identificado como *zeitgeist* – o espírito do tempo.

É baseado neste filtro coletivo presente no ideário contemporâneo que fazemos recortes particulares para desenvolver nossa visão de mundo. É neste *zeitgeist* que se formam as opiniões públicas e, neste *espírito do tempo* capitalista, é difundida a ideia de

que bens comuns causam a ruína enquanto a posse privada é valorizada como projeção de sucesso, segundo organizações que atuam para induzir comportamentos sociais que privilegiam a manutenção do *status quo*.

Há importantes ramos de atividade devotados a essa tarefa: o setor de relações públicas, a área da publicidade, o segmento do marketing em geral, os quais, somados, respondem por uma considerável fatia do Produto Interno Bruto. Essa indústria dedica-se àquilo que o formidável economista político Thorstein Veblen chamou de “fabricação de necessidades”. Nas palavras dos próprios líderes empresariais e homens de negócios, a tarefa consiste em manipular as pessoas direcionando-as para as “coisas superficiais” da vida, como “o consumo do que está na moda”. Dessa forma, as pessoas podem ser atomizadas, apartadas umas das outras, buscando exclusivamente o ganho pessoal, entretidas e afastadas das perigosas tentativas de pensar por si mesmas e de questionar a autoridade (CHOMSKY, 2017 [po. 1843]).

Numa sociedade global quase que integralmente capitalista, as organizações comerciais têm um papel fundamental. David Rothkopf, diretor da revista *Foreign Policy*, referência global para cobertura das relações internacionais, destaca que o gigantismo das corporações e o enorme poder político amealhado por elas subvertem as regras da democracia:

As duas mil principais empresas do mundo são maiores e controlam mais recursos que os menores países do mundo e seus governos nacionais. Em vez de um sistema internacional de Estados que se comunicam com outros Estados, temos hoje um sistema de Estados interagindo com atores privados, que controlam recursos significativos e podem orientar e moldar os resultados da forma que lhes convém, atrasando a regulação dos mercados financeiros globais e pressionando por mais abertura de mercados, mesmo que isso cause problemas (ROTHKOPF, 2012).

A relevância que as corporações têm no cenário globalizado, com forte ação de interesses e *lobbies* corporativos para influenciar na definição de políticas públicas, é inequívoca. O *lobby* é a representação política de interesses em nome e em benefício de organizações identificáveis que se valem de credibilidade e relações institucionais construídas para reunir informações, preparar projetos de política e desenvolver estratégias adequadas para a defesa desses projetos (GRAZIANO, 1997).

Nos Estados Unidos, pesquisadores renomados forneceram evidências contundentes de que “elites econômicas e grupos organizados representantes de interesses comerciais causam substanciais impactos independentes sobre as políticas governamentais dos EUA, ao passo que cidadãos comuns e grupos de interesse de massas exercem pouca ou nenhuma influência independente” (GILENS; PAGE *apud* CHOMSKY, 2017 [po.77]).

Parcialmente decorrente do financiamento de campanhas eleitorais, a pressão corporativa na formulação de políticas públicas gerou incremento da concentração econômica com políticas fiscais, normas de governança corporativa, desregulamentação etc. consonantes aos interesses empresariais, convergindo para criar um círculo vicioso de extrema concentração da riqueza, primordialmente na fração do 1% mais abastado da população: altos executivos e presidentes de empresas, gestores de fundos de investimento de alto risco e afins (CHOMSKY, 2017 [po. 1113]).

Assim, ressalta-se que a ação de grupos de interesse junto à classe política é esperada quando feita de modo claro e transparente, podendo ser questionado se tal pressão atende somente a interesses comerciais e corporativos ou se considera também aspectos sociais relevantes para a maioria da população. Os resultados notados com a globalização têm indicado que potencializar o lucro é o objetivo central.

Esta *mercadoocracia* tem levado ao esvaziamento do protagonismo dos anteriormente poderosos Estados-Nação, fazendo com que se tornem coadjuvantes e chancem pautas neoliberais em que pessoas jurídicas sejam privilegiadas em detrimento das pessoas físicas, o que reforça a animosidade entre eleitores e lideranças político-partidárias responsáveis pela definição de diretrizes para políticas públicas dos Estados-Nação. Torna-se ainda mais preocupante quando corporações agem de modo orquestrado, instaurando sua influência ideológica por meio do financiamento a cientistas, pesquisadores, jornalistas e formadores de opinião, desde que reforcem suas ideias e valores, gerando visibilidade e atuando para a construção de consensos sociais.

Esta forma de influenciar a opinião pública a fim de gerar aceitação social para uma ideia remete ao conceito de propaganda, que consiste na manipulação inteligente e consciente dos hábitos e opiniões organizados das massas por meio da manipulação dissimulada da sociedade por lideranças políticas e/ou empresariais que constituem-se como um ubíquo poder invisível (BERNAYS [1928] 2005, p.09) .

E é assim que atua a Atlas Network, organização de estrutura global que atende às necessidades de empresas e políticos quanto à construção de opinião pública para facilitar o desenvolvimento de legislações em favor de políticas neoliberais. Para tanto, a Atlas Network, importante *think tank* norte americano, financia instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos, com o objetivo de pautar debates por meio da publicação de estudos, artigos, vídeos, podcasts, eventos, entrevistas e outras formas variadas de influenciar a opinião pública através de porta vozes com visibilidade midiática. Corporações como Philip Morris, Exxon Mobil, Mastercard e mega investidores como os irmãos Kock e John Templeton tiveram (ou têm) com vínculos com a organização.

De modo geral, *think tanks* são organizações que geram conhecimento em diferentes áreas do saber, tendo como característica primordial alimentar e influenciar a massa crítica responsável pela formulação de políticas públicas. Essas organizações costumam atuar como uma ponte entre o meio acadêmico, gestores públicos e sociedade civil, servindo como uma fonte idônea que traduza a pesquisa aplicada e básica em um idioma que seja compreensível, confiável e acessível para os formuladores de políticas e o público. Para McGann (2020) podem ser classificados como organizações independentes e semi-independentes, governamentais e semi-governamentais, universitárias, político-partidárias e corporativas.

**Quadro 1 – Categorias de afiliações de *think tanks***

Independentes	Significativa autonomia de qualquer grupo de interesse, doador e governo
Semi-Independente	Controlado por um grupo de interesse, doador ou agência contratante que fornece a maioria do financiamento e tem influência significativa sobre as operações do <i>think tank</i>
Governamental	Vinculada à estrutura burocrática estatal
Semi-Governamental	Financiada com verbas e contratos públicos, mas desvinculada da estrutura burocrática estatal
Universitária	Vinculada a centro de pesquisa política em uma universidade
Político-partidária	Vinculada a partidos políticos
Corporativa	Vinculada a empresas privadas

Fonte: Adaptado pelo autor de McGANN, James C. (2020, p. 14).

Estudo da University of Pennsylvania (EUA) estima a existência de mais de oito mil *think tanks* variados (independentes, governamentais, universitários, políticos e corporativos), disputando credibilidade e espaço para influenciar na opinião pública mundial, demonstrando a guerra de bastidores de grandes atores globais pela disputa de corações e mentes ao redor da Terra, com destacada participação dos países membros do G7 neste rol de organizações: EUA (1.871), Reino Unido (321), Alemanha (218), França (203), Japão (128), Itália (114) e Canadá (100) (McGann , 2020).

Se há forte presença de *think tanks* vinculados aos países integrantes do G7, pressupõe-se que, em termos destes atores ligados à área econômica, o posicionamento neoliberal que caracteriza o FMI e o BIRD deve ser predominante na enorme gama de conteúdo por eles gerado. *Think tanks* como Atlas Organization, Heritage Foundation, Cato Institute, Rand Corporation, American Enterprise Institute, do Manhattan Institute, do Mercatus Center e do Competitive Enterprise Institute compartilham do mesmo viés ideológico conservador e liberal. Especificamente, a Atlas Network declarou possuir 506 parceiros regionais em 98 países, capilarizando e customizando as mensagens de acordo com as audiências locais enquanto mantém a unidade ideológica de conteúdos neoliberais (ATLAS NETWORK, 2020).

**Imagem 3 – Distribuição dos parceiros da Atlas Network**



Fonte: Atlas Network <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>.

### Conservadorismo à brasileira

No Brasil, o estudo supracitado da University of Pennsylvania aponta a presença de 103 organizações existentes com o objetivo de servir de referência para influenciar na construção de políticas públicas em áreas como economia, meio ambiente, saúde, segurança, tecnologia, governança, relações internacionais, social e militar. Cotejando-se estes dados às informações do *website* da Atlas Network, no país são listadas como parceiras da organização, com ideologia eminentemente neoliberal: Instituto Atlantos, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Formação de Líderes (IFL-SP, IFL-MG e IFL-SC), Instituto Liberal (IL-RJ e ILISP-SP), Instituto Liberdade (IL-RS), Instituto Líderes do Amanhã, Instituto Ludwig von Mises Brasil, Instituto Millenium, Livres, Centro Mackenzie para Liberdade Econômica e Alunos Pela Liberdade (ATLAS NETWORK, 2020).

O Instituto Millenium, por exemplo, tem como um de seus fundadores Paulo Guedes, atual ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro (sem partido). Outra figura ilustre em seus quadros é o presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Armínio Fraga. Isto demonstra factualmente a integração entre a pauta econômica e administradores públicos de viés neoliberal. O instituto foca no âmbito jurídico e organiza eventos e palestras econômicas em benefício do livre mercado, recebendo apoio de grandes corporações, como: Bank of America, AmCham-Brasil, Merrill Lynch, Grupo RBS e Gerdau (FANG, 2017).

O avanço conservador internacional tem reflexos na América Latina, com destaque para a situação brasileira onde, além do viés conservador, há um ascendente líder da direita global exercendo o mandato de presidente, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018.

O programa de governo da coligação *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos* dos então candidatos Jair Bolsonaro (PSL) presidente e general *Mourão (PRTB)* vice, intitulado *O caminho da prosperidade*, consistia em um conjunto de princípios gerais calcados em forte inspiração neoliberal e privatista (na gestão da economia e do Estado), moralista e conservadora (nos campos social, cultural e educacional) e punitivista (nos planos jurídico, policial e militar). Com discurso ufanista e de forte apelo religioso, a coligação conservadora alavancou estes partidos nanicos ao ápice do poder Executivo em Brasília.

No pleito de 2018, o até então minúsculo PSL foi a legenda que mais ganhou cadeiras na comparação com as eleições de 2014. Vinculado a Jair Bolsonaro, então filiado ao PSL, o partido saltou de um deputado federal para uma bancada com 52 deputados, a segunda maior da Câmara Federal, atrás somente do Partido dos Trabalhadores (PT).

De modo geral, o crescimento dos partidos mais à direita do espectro político, normalmente com pouca tradição ou identificação de posicionamento *marcário*, reforça a ampliação do fenômeno do personalismo político, com clara transferência de votos do concorrente ao cargo majoritário da nação, o presidente eleito Jair Bolsonaro, às candidaturas de seu partido.

Ou refletindo positivamente em políticos que aderiram à “onda Bolsonaro” como João Dória (PSDB/SP), Wilson Witzel (PSC/RJ) e Romeu Zema (Novo/MG), todos eleitos governadores e, embora formalmente vinculados a outros postulantes à Presidência da República, como Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (Podemos) e João Amoedo (Novo), apoiaram efusivamente Bolsonaro na corrida presidencial, emulando seu discurso conservador.

As temáticas predominantes da onda conservadora foram calcadas numa retórica antissistema, fazendo a apologia de que as instituições são reféns de uma estrutura corrompida e viciada no poder desde a redemocratização e que ganhou força nos governos petistas. A narrativa bolsonarista associou o PT a desmandos, à ideologia de esquerda (marxismo cultural e comunismo), a fracassos econômicos presentes em decorrência da implementação de políticas sociais perdulárias e ineficientes no passado recente das administrações Lula e Dilma, à possibilidade de o país se tornar uma Venezuela e chegar em breve a uma convulsão social, caso a velha política continuasse a gerir a nação.

Esta retórica do medo foi a estratégia-chave da campanha bolsonarista, com apelos que estimularam uma reação passional instintiva, em contraste com o ideal democrático no qual os debates são focados na racionalidade. A solução para evitar o desastre nacional estava na escolha de homens de bem, íntegros, nacionalistas, com fortes valores morais, que dariam um novo rumo ao Brasil. No entanto, sem apresentarem propostas que possibilitassem uma avaliação crítica e racional, limitando-se a

generalidades simplistas para a resolução de problemas ligados predominantemente à segurança pública e à corrupção.

Este discurso emocional foi fortemente baseado em distorções da realidade, com forte uso da desinformação enquanto ferramenta de comunicação. Mentiras, boatos, descontextualizações, deturpações, críticas à imprensa. Isto redundou na explosão de *fake news* alimentadas por redes sociais, como Facebook e Whatsapp, e nas redes sociais físicas, com forte participação de igrejas evangélicas na caça ao voto, pressão variada de lideranças empresariais e, também nas relações familiares, com a vitalização de discursos críticos ao politicamente correto e à exposição de preconceitos contra pobres, negros, mulheres, LGBTQ+, esquerdistas, intelectuais etc.

O uso de desinformação ganhou força nos últimos anos nas mãos de estrategistas de marketing político, com maior alcance graças ao desenvolvimento tecnológico, à massificação e à popularização de ferramentas de mídia, de modo a transformar mentiras em relevante instrumento de comunicação política, utilizada de modo vertiginoso no último processo eleitoral brasileiro. Para ilustrar, as agências de informação Lupa e Aos Fatos e o projeto *Fato ou Fake* tiveram de desmentir pelo menos 104 *fake news* contra Haddad e o PT e outras 19 prejudiciais a Bolsonaro (MACEDO, 2018).

Embora as agências de checagem verificassem os boatos, com a indicação quanto a sua veracidade, não foram suficientes para evitar a influência da desinformação no pleito, tornando o compromisso do TSE contra as *fake news* um retumbante fracasso, com consequências vigentes até hoje, junho de 2020, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *fake news* reverberando numa crise institucional que interfere na administração de Bolsonaro (PADUAN, 2020).

### **Neoliberalismo à Bolsonaro**

No campo da economia, com uma pauta neoliberal, em consonância ao Consenso de Washington, capitaneada por seu ministro da Economia, Paulo Guedes, a administração Bolsonaro tem realizado reformas que atendem interesses do mercado, contando com apoio majoritário no Congresso Nacional.

A reforma Trabalhista, iniciada na administração Temer com a sanção da lei 13.467 de 2017 (BRASIL, 2017), reduziu vários direitos trabalhistas com o intuito de

diminuir custos empresariais para potencializar a geração de empregos, medida que tem se mostrado inócua em ambos os sentidos. Retomada em 2019, sendo chamada de minirreforma trabalhista ou, eufemisticamente, Medida Provisória da Liberdade Econômica (BRASIL, 2019a) flexibilizando ainda mais os direitos trabalhistas com o mesmo intuito da reforma anterior, de gerar crescimento econômico e reduzir o desemprego.

A reforma da Previdência, com tramitação célere, foi aprovada por 353 a 118 votos, principalmente com apoio de parlamentares de partidos considerados de centro, centro-direita e direita, como PSL, PP, PL, PRB (Republicanos), MDB, DEM, PSDB, PSD, PTB, Solidariedade, Novo e Podemos. A Emenda 103/2019 (BRASIL, 2019b) foi promulgada, alterando o sistema previdenciário, com destaque para adoção de idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulheres), mudança no cálculo para o valor do benefício, instituição de normas de transição para os trabalhadores da ativa, alteração do sistema de pensões, elevação da taxa de funcionários públicos, além de outros aspectos, com estimativa de economia de R\$ 855 bilhões aos cofres públicos para os próximos dez anos (GUIMARÃES, 2019).

Novamente a conta do ajuste recaiu sobre os trabalhadores, sendo benéfica para empresas e empresários, como ficou nítido com a declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), em evento da Fundação Estudar, vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, realizado em São Paulo em agosto de 2019:

Os empresários, não estou criticando todos, foram muito patriotas na Previdência, mas eles não são atingidos pela Previdência. O que a gente quer deles agora é o mesmo patriotismo na reforma tributária. Há um sistema distorcido, em que uns pagam muitos impostos e outros não pagam impostos no Brasil. É isso que a gente tem que cobrar de todo mundo. Não adianta querer ser patriota no tema do outro (MAIA, 2019).

Vale lembrar que Lemann, líder do ranking de bilionários brasileiros da revista Forbes 2019, possui influência no Congresso Nacional ao apoiar a formação de integrantes de movimentos de renovação na política, como Renova BR e Acredito. A chamada bancada Lemann, composta por jovens deputados de partidos políticos de diferentes searas ideológicas (PDT e PSB considerados mais à esquerda e NOVO,

eminentemente neoliberal, à direita) reforça o esvaziamento das legendas partidárias e o fortalecimento do personalismo político focado em candidaturas independentes, alheias às diretrizes partidárias (MONTESANTI, 2019).

A última etapa das reformas liberais a ser implementada é a reforma Tributária, ainda em fase de gestação dentro do corpo técnico do Ministério da Economia, mas com alguns balões de ensaio impulsionados pelo ministro Paulo Guedes, como unificação de impostos, criação de uma versão atualizada da anterior CPMF e outras variantes a serem negociadas com o Congresso Nacional (CORRÊA, 2019).

Além, claro, das tentativas de inclusão de privatizações de empresas e patrimônio públicos, como Telebras, Correios, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), terminais do porto de Santos, aeroportos da Infraero, subsidiárias da Eletrobrás, campos de petróleo, etc. (BRANT, 2019).

Também programas em setores estratégicos que visam beneficiar a iniciativa privada como o *Compromisso Nacional pela Educação Básica* e o *Future-se*, ambos com viés privatizante na área de Educação (PROIFES, 2019) e propostas de enxugamento das verbas direcionadas à manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) e incorporação de parceiros privados, na área da Saúde (VILARDAGA, 2019).

Quanto à agenda conservadora nos costumes, que recebe forte sustentação cristã, Bolsonaro tem implementado uma verdadeira guerra cultural contra os valores que associa a rupturas comportamentais contra os interesses da maioria dos brasileiros. Destacam-se projetos na área de Educação, como a propalada *Escola sem Partido* e também a questão da *Ideologia de Gênero*, termos sem validade científica, mas reiterados pela bancada evangélica de apoio ao presidente e que também está vinculada ao Estatuto da Família e a normas mais rígidas quanto ao aborto. Derrotas junto ao Supremo Tribunal Federal e morosidade quanto à tramitação no Congresso têm esvaziado estas pautas e postergado de modo imprevisível seu andamento.

No front do combate à corrupção e à violência, o governo, representado pelo então ministro Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública, encontrou dificuldades em implantar suas propostas, listadas no *Pacote Anticrime* como excludente de ilicitude e legítima defesa de policiais, *plea bargain* e *whistleblower*, prisão após segunda instância,

endurecimento de penas, principalmente para crimes hediondos e organizações criminosas (NEVES, 2019).

Interferências no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Ministério Público Federal e Polícia Federal, por parte do presidente Bolsonaro, reforçam a percepção de que a gestão do presidente tem objetivos reeleitorais para 2022 por minar a autonomia de seu ex-ministro, e possível adversário político, enquanto blinda possíveis problemas da família com a Justiça. Some-se a isto o uso ou criação recorrente de pseudo-acontecimentos que mantém Jair Bolsonaro como figura destacada na cobertura jornalística.

Oras histriônico, oras beligerante, o presidente mantém sua verborragia ativa para manter o engajamento de seu eleitorado fiel, muito mais atento ao jogo emocional da retórica presidencial que aos fatos que demonstram o afastamento de seu discurso de *outsider* antissistema, que combateria o patrimonialismo e corrupção que caracterizaria a velha política, para se vincular aos partidos do Centrão, tidos como símbolos do sistema de *toma lá, dá cá*, com a cessão de cargos em ministérios, secretarias e outros setores da administração pública, em troca de apoio no Congresso a fim de evitar eventual *impeachment*. Ou a inflação de militares inseridos na administração pública de modo a reforçar seu vínculo às Forças Armadas, o que simbolizaria a garantia de apoio a eventual ruptura institucional capitaneada pelo presidente.

Histriônico ou beligerante, o presidente, que oscila da negociação com caciques da velha política às declarações ameaçadoras de ruptura institucional, eletriza a nação e transforma sua gestão num incerto espetáculo com consequências nefastas para o país (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

### **Considerações finais**

A imbricada rede de relações entre os interesses privados e públicos ganha uma dinâmica persuasória complexa e multidimensional com a percepção de que a dominação subliminar é muito mais efetiva e produtiva para a manutenção do funcionamento sistêmico, evitando que eventuais choques de realidade possam conturbar a percepção de ordem e naturalidade de se viver num sistema onde o lucro é naturalizado enquanto mola mestre da coesão social (BERNAYS, 1947; CHOMSKY, 2017).

O uso da cultura e dos *media* em busca da acomodação de interesses é mais efetiva que a imposição de valores. Nesta manufatura do consenso, vale a máxima *orwelliana* quando afirma que “Cães de circo pulam quando o treinador estala o seu chicote, mas o cachorro realmente bem treinado é aquele que dá o seu salto mortal quando não há nenhum chicote” (ORWELL *apud* CHOMSKY, 2003, p. 128).

A neblina ideológica patrocinada por atores globais interfere na percepção de funcionamento do sistema capitalista, que está calcado na geração de lucro para pessoas jurídicas com dividendos distribuídos para uma elite global de pessoas físicas, responsáveis pela condução das corporações, as quais têm forte influência na definição de políticas, corporativas e governamentais, com potencial de aumentar a exclusão e a miséria de bilhões de pessoas físicas que são relegadas pelo sistema pela impossibilidade inerente à sua inclusão, o que colocaria em xeque seu funcionamento e sua própria existência.

O espírito do tempo que ainda viceja de modo dominante no planeta, com o estímulo ao individualismo hedonista que caracteriza a sociedade de consumo global, é questionado por movimentos antissistema, como o *Leap Manifesto* (KLEIN, 2017 [po. 291]), com reflexões e ações críticas quanto aos limites de funcionamento do próprio sistema produtivo e de consumo como o *Green New Deal* (CHOMSKY, 2020), todos na busca do estabelecimento de uma sociedade sustentável, mais justa e fraterna, sob a premissa de uma nova forma de globalização (SANTOS, 2006, p. 20).

## Referências

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo**: Um alerta. São Paulo: Crítica, 2018. [e-book versão Kindle]

APPADURAI, Arjun. **Dimensões da globalização**. In: FEATHERSTONE, Mike et al. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

ATLAS NETWORK. Partners. **Atlas Network**, Arlington, EUA. Disponível em <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>. Acesso em: 10 maio 2020.

AZEVEDO JÚNIOR; Aryovaldo C. *Soft Power e a construção simbólica da realidade: a influência da mídia no comportamento da sociedade – o caso da reforma da previdência no Brasil*. **Revista Signos do Consumo**, vol. 11, n. 1, 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/150747>. Acesso em: 20 maio 2020.

BERNAYS, E. L. (1947). The engineering of consent. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 250 (1): 113-120. American Academy of Political & Social Science. Reprinted by permission of SAGE Publications, Inc.

BERNAYS, E. L. (1928). **Propaganda**. Reimpressão, New York: Ig Publishing, 2005.

BRANT, Danielle. Governo levanta R\$ 78,6 bilhões com privatizações no ano, diz ministério. **Jornal Folha de S. Paulo**, 03 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/governo-levanta-r-786-bilhoes-com-privatizacoes-no-ano-diz-ministerio.shtml>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 13.467, 13 de jul. de 2017. **Reforma trabalhista**. Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL, Lei n. 13.874, 20 set. 2019a. **Medida Provisória da Liberdade Econômica**. Brasília, 20 set. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.874-de-20-de-setembro-de-2019-217365826>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL, Emenda Constitucional n. 103, 13 nov.2019b. **Alteração do sistema de previdência social**. Brasília, 13 nov. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-103-227649622>. Acesso em: 30 maio 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Aula Magna no XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Brasília, 4 de dezembro 1990. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=240>. Acesso em: 20 maio 2020.

CHOMSKY, Noah. **Propaganda e consciência popular**. São Paulo: Edusc, 2003. [e-book versão Kindle].

CHOMSKY, Noah. **Quem Manda no Mundo?** São Paulo: Editora Planeta, 2017. [e-book versão Kindle].

CHOMSKY, Noah. A Green New Deal Can Create Jobs and Livelihoods. **Literary Hub**. Disponível em: <https://lithub.com/noam-chomsky-a-green-new-deal-can-create-jobs-and-livelihoods/>. Acesso em: 30 maio 2020.

CORRÊA, Marcello. Reforma tributária: proposta de governo autorizada apenas com PIS e Cofins. **Jornal O Globo Economia**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/reforma-tributaria-proposta-do-governo-comecara-com-unificacao-apenas-do-pis-cofins-23938859>. Acesso em: 30 maio 2020.

ECONOMIST, Democracy Index 2019: A year of democratic setbacks and popular protest. **The Economist Intelligence Unit**. Disponível em: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>. Acesso em: 10 maio 2020.

ECONOMIST, Where next and what for Latin America? **The Economist Intelligence Unit**. Disponível

em:[https://www.eiu.com/public/topical\\_report.aspx?campaignid=latinamerica2019](https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=latinamerica2019)>. Acesso em: 10 maio 2020.

FANG, Lee. A esfera de influência: Como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil**, 11 ago. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. 'Tudo aponta para uma crise', diz Bolsonaro ao citar ações do Judiciário sobre governo. **Jornal Folha de S. Paulo**, 30 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/tudo-aponta-para-uma-crise-diz-bolsonaro-ao-citar-acoes-do-judiciario-sobre-governo.shtml>. Acesso em: 30 maio 2020.

GONZALES, Osmar. Los Orígenes Del populismo latinoamericano. **Cuadernos del Cendes**, v. 24, n. 66, 2007. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1012-25082007000300005&script=sci\\_arttext](http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1012-25082007000300005&script=sci_arttext). Acesso em: 15 jul. 2020.

GRAZIANO, Luigi. O lobby e o interesse público. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, fev. 1997. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26361397\\_O\\_Lobby\\_e\\_o\\_Interesse\\_Publico](https://www.researchgate.net/publication/26361397_O_Lobby_e_o_Interesse_Publico). Acesso em: 5 maio 2020.

GUIMARÃES, Lígia. Reforma da Previdência: na versão final aprovada no Senado, quais mudanças podem ajudar a economia?. **BBC News Brasil**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50148479>. Acesso em: 30 maio 2020.

HALL, Stuart et al. **Policing the crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. Londres, Macmillan, 1978.

IMF (International Monetary Fund). **World Economic Outlook Database, October 2019**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/02/weodata/index.aspx>. Acesso em: 30 maio 2020.

KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não [e-book versão Kindle]**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2017.

MACEDO, Isabel. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. **Congresso em foco**, 26 out. 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em: 10 maio 2020.

McGANN, James G., **2019 Global Go To Think Tank Index Report**. The Lauder Institute, University of Pennsylvania, 2020. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/think\\_tanks/17/](https://repository.upenn.edu/think_tanks/17/). Acesso em: 10 maio 2020.

MONTESANTI, Beatriz. "Bancada Lemann": os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil. **UOL Política**, 22 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm>. Acesso em: 30 maio 2020.

MULLER et al. Os verdadeiros donos do mundo. **Revista Superinteressante** (14/06/2018). Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/os-verdadeiros-donos-do-mundo/>. Acesso em: 10 maio 2020.

NARITA, F. Z.; MORELOCK, J. **O Problema do Populismo: Teoria, Política e Mobilização**. Jundiaí, Paco Editorial, 2019.

NEVES, Rafael. Pacote anticrime de Moro ponto a ponto. **Congresso em Foco**, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/pacote-anticrime-de-moro-ponto-a-ponto-veja-como-a-lei-e-hoje-e-o-que-pode-mudar/>. Acesso em: 30 maio 2020.

OXFAM, Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial. **Oxfam Brasil**, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/>. Acesso em: 20 maio 2020.

PADUAN, Roberta. Como funciona e o que teme a bancada das ‘fake news’ no Congresso. **Revista Veja**, edição 268608, 13 maio 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/com-funciona-e-o-que-teme-a-bancada-das-fake-news-no-congresso/>. Acesso em: 30 maio 2020.

PROIFES. Governo assume a privatização da educação e terá como resposta o povo nas ruas contra os seus ataques. **Notícias Proifes**, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/governo-assume-a-privatizacao-da-educacao-e-tera-como-resposta-o-povo-nas-ruas-contras-os-seus-ataques>. Acesso em: 30 maio 2020.

PWC BRASIL. **100 maiores empresas globais (2019)**. PricewaterhouseCoopers Brasil. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2019/100-maiores-empresas-globais.html>. Acesso em: 30 maio 2020.

ROTHKOPF, David. O poder das empresas tornou-se um risco global. **Revista Época**, 22/08/2012. Entrevista concedida a Rodrigo Turrer. Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/david-rothkopf-o-poder-das-empresas-tornou-se-um-risco-global.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

RUBIM, Antonio A.C. Espetacularização e Miatização da Política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo, Record, 2006.

SCHEEFFER, Fernando. (2014). **Esquerda e direita: velhos e novos temas**. Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt27-1/9084-esquerda-e-direita-velhos-e-novos-temas/file>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, Daniel Reis. **Astroturfing: lógicas e dinâmicas de manifestações de públicos simulados**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2015.

TUON, Lúgia. Por que Maia apelou ao “patriotismo” dos empresários na reforma tributária. **Revista Exame**, 10 ago.2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/por-que-maia-apelou-ao-patriotismo-dos-empresarios-na-reforma-tributaria/>. Acesso em: 30 maio 2020.

VILARDAGA, Vicente. O impasse na saúde. **Revista Istoé**, ed. 2.608, 20 dez. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-impasse-na-saude/>. Acesso em: 30 maio 2020.